

HABEAS CORPUS Nº 567.914 - SP (2020/0072591-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EVANGELISTA SOARES LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EVANGELISTA SOARES LEITE apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo de Execução Penal n. 0000244-95.2020.8.26.0496.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena reclusiva de 9 anos, 5 meses e 5 dias, pela prática dos crimes de ameaça e estupro de vulnerável. No curso da reprimenda, o Juízo da execução deferiu-lhe a progressão ao regime semiaberto.

O agravo de execução do Ministério Público foi provido, para cassar essa decisão e determinar o imediato retorno do paciente ao regime fechado, a fim de realizar o exame criminológico. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 21):

AGRAVO EM EXECUÇÃO – Progressão de regime (do fechado para o semiaberto) – Pedido concedido no Juízo das Execuções – Recurso ministerial – Procedência – Não comprovação do requisito subjetivo para a progressão – Atestado de bom comportamento carcerário, por si, insuficiente – Regressão ao regime fechado para submissão do agravado a exame criminológico – Recurso provido.

No presente *writ*, a defesa alega que, para a progressão de regime, é suficiente o adimplemento do lapso temporal e o atestado de bom comportamento carcerário, emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional, nos termos do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal.

Sustenta que os fundamentos elencados no aresto ora impugnado, a fim de submeter o apenado ao exame criminológico, são inidôneos.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão impugnado e o restabelecimento da decisão de primeiro grau.

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo da execução ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator